



Gabisile Mabizela, que faz parte do Clube de Trampolim de Alexandra, na cidade de Alexandra em Joanesburgo, África do Sul. Foto: Zed Nelson.

COMEÇAR PELAS PESSOAS

Uma abordagem com base na economia humana ao crescimento inclusivo em África

Os altos índices de desigualdade em todo o continente africano têm impedido que grande parte dos benefícios do crescimento recente chegue aos mais pobres do continente. Para combater as desigualdades em África, é fundamental que os líderes políticos e empresariais moldem um tipo de economia profundamente diferente. Terá de assentar na necessidade de empregos duradouros de boa qualidade das mulheres e jovens de África, em vez de nas necessidades dos mais ricos e investidores estrangeiros. Os líderes terão de fazer uso de políticas económicas, políticas fiscais e despesas públicas para construir uma economia humana em África.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Quando os líderes mundiais se reunirem no Fórum Económico Mundial (FEM) em África este mês, a questão do “crescimento inclusivo” irá dominar a discussão. Trata-se de um duplo desafio. As previsões de crescimento do FMI para a África subsariana são as mais baixas dos últimos 20 anos.¹ No entanto, mesmo quando o PIB começou a subir e a alcançar níveis impressionantes em todo o continente, estava longe de ser inclusivo.

Apesar de décadas de crescimento sem precedentes, a proporção da população que vive na pobreza diminuiu mais lentamente em África do que em qualquer outra região. Uma população em crescimento significava que havia mais 50 milhões de pessoas a viver na pobreza extrema na África subsariana em 2012 do que em 1990.²

Ao mesmo tempo, para alguns indivíduos bafejados pela sorte, estas décadas foram anos de crescimento. Em Janeiro, a Oxfam descobriu que apenas três multimilionários na África do Sul detêm a mesma riqueza do que os 50% inferiores da população, enquanto que os 1% mais ricos da África do Sul possuem 42% da riqueza total do país.³

Os novos dados da Brookings vêm reforçar a imagem de desigualdades económicas extremas em todo o continente africano. Sete dos 20 países mais desiguais do mundo situam-se em África. A Suazilândia é o país mais desigual do mundo, agora seguido de perto pela Nigéria.⁴

Se os líderes africanos fizerem uso deste encontro para fazer um balanço da situação e forjar um caminho diferente, podemos estar perante uma oportunidade para moldar economias fundamentalmente mais igualitárias. Com uma força de trabalho jovem cada vez mais qualificada e saudável, uma tendência a longo prazo para uma governação mais democrática e estável, bem como espaço para um vasto aumento de produtividade em áreas como a agricultura, há muitas razões para ter esperança.

Mas, para cumprir o prometido aos indivíduos mais pobres de África, os participantes no FEM terão de pensar além do “crescimento inclusivo”. Ao invés de se concentrarem unicamente no PIB e de procurarem ajustá-lo para torná-lo mais inclusivo, os líderes devem centrar-se directamente na redução das desigualdades e na eliminação da pobreza através de formas que conduzam à prosperidade económica para todos. Estes objectivos deveriam ser colocados acima do PIB – não porque o crescimento não seja importante, mas porque a pobreza e a desigualdade representam as barreiras mais significativas em África ao alcance de um crescimento sustentável e inclusivo.

MULHERES E JOVENS

O formato de muitas das economias do continente – caracterizadas por uma dependência excessiva do sector extractivo, investimentos insuficientes na agricultura e nos grandes sectores informais⁵ – tem significado que as consequências das desigualdades têm sido principalmente sentidas pelos jovens e pelas mulheres. Apesar de serem reconhecidos como o futuro do sucesso económico de África, são as mulheres e os jovens que trabalham predominantemente no sector informal e na agricultura ou que são os últimos a serem considerados para empregos de qualidade, investimento e formação.⁶ Cerca de 70% da força de trabalho jovem de África pode ser classificada como estando na pobreza activa ou pobreza no trabalho.⁷

Além disso, são as mulheres e os jovens que mais sofrem quando os governos tomam decisões que envolvem gastos questionáveis. O Índice do Compromisso com a Redução das Desigualdades da Oxfam, prestes a ser publicado (ver **Caixa 1** do relatório completo) medirá a acção do governo no que diz respeito a

políticas que se tenha demonstrado que reduzem as desigualdades, tais como gastos com a saúde e educação, tributação progressiva e reforço dos direitos dos trabalhadores. A Nigéria e a Suazilândia, os países mais desiguais em África, têm uma combinação bastante fraca de políticas, com graves consequências: por exemplo, mais de 10 milhões de crianças não vão à escola na Nigéria e uma em cada dez não chega ao quinto aniversário.⁸ Em contraste, a Namíbia fez grandes investimentos em áreas estrategicamente importantes, como a educação, e, como tal, está desde 1993 a tentar reduzir as desigualdades.⁹

Este relatório defende que, apesar do contributo inquestionável do colonialismo e das políticas de ajustamento estrutural para o aumento da desigualdade em África, os actuais líderes africanos têm opções e ferramentas disponíveis para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade – algo que é urgente fazerem, dando prioridade a uma abordagem de economia humana ao crescimento inclusivo em África.

O QUE É UMA “ECONOMIA HUMANA”?

Esta abordagem reconheceria os limites de medir o crescimento unicamente com base no PIB – independentemente do número de pessoas que beneficiam – e incidiria sobre o que funciona para a maioria dos povos africanos.

Em termos de estratégia económica, significa um investimento na agricultura familiar. Mais de metade da força de trabalho total de África trabalha na agricultura e os índices de pobreza rural são aproximadamente o dobro dos que se verificam nas áreas urbanas.¹⁰ No entanto, os governos devem evitar focar-se unicamente em projectos de grande escala que apoiam a industrialização da agricultura e, ao invés, dar prioridade a investimentos na agricultura que sejam mais capazes de impulsionar os rendimentos e a segurança dos indivíduos mais pobres, as mulheres em particular.

Uma economia humana requer alimentar um sector privado que está estruturado para ser mais inclusivo. Os governos africanos poderiam contornar os modelos corporativos utilizados em alguns países desenvolvidos – que servem principalmente investidores – a favor de modelos de negócios baseados na economia humana, que servem uma gama muito mais ampla de partes interessadas. Há exemplos em que se podem basear. Quase metade de todos os quenianos extraem a sua subsistência directa ou indirectamente do movimento cooperativo, no qual as empresas beneficiam directamente os seus produtores-proprietários.¹¹

Os governos também têm o dever de orientar a adopção de novas tecnologias e de tomar decisões com base nas necessidades reais da sua população e não nos lucros das empresas de tecnologia. A ameaça aos empregos humanos e o fosso digital que será criado pela quarta revolução industrial poderão agravar as desigualdades, algo que requer uma resposta em forma de políticas públicas. E os governos não devem tentar evitar o desenvolvimento de infra-estruturas essenciais e amplamente benéficas na busca de novas tecnologias. É importante não dar atenção exagerada aos benefícios da quarta revolução industrial num continente onde grande parte da população ainda está à espera da segunda.

JUSTIÇA FISCAL

Com os orçamentos de ajuda internacional sob ameaça e com o risco de a dívida pública se tornar insustentável em muitos países, a tributação nacional será a mais importante fonte de receitas para financiar investimentos públicos. Reforçar a capacidade das autoridades fiscais, garantir que os sistemas fiscais são progressivos e combater os fluxos financeiros ilícitos são opções que poderiam render uma quantidade significativa de receitas. No entanto, os governos também precisam de trabalhar juntos para resistir à corrida global ao fundo no que diz respeito às taxas do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas e ao aumento dos incentivos fiscais.¹² A ActionAid estima que, em 2012, a Tanzânia, o Quênia, o Ruanda e o Uganda perderam colectivamente até 2,8 mil milhões de dólares devido à utilização de paraísos fiscais e dos incentivos oferecidos às empresas. No caso do Ruanda, na época, as perdas teriam sido suficientes para mais do que duplicar as despesas com a saúde.¹³

INVESTIR PARA UMA ECONOMIA HUMANA

A despesa pública com a saúde e a educação deve ser vista como um investimento vital estratégico e um dever fundamental dos governos. Tal requer que os governos cumpram os seus compromissos com a despesa e que se certifiquem de que estas despesas chegam aos mais pobres. Até ao momento, por exemplo, nenhum país africano cumpriu a sua meta de financiamento da saúde.¹⁴ Também significa resistir à tentação míope de utilizar modelos de financiamento que empurram os pobres ainda mais para os confins da pobreza com o pagamento de taxas de saúde ou educação, ou privatizando ou terceirizando serviços que são o direito fundamental dos cidadãos.

RECOMENDAÇÕES

A Oxfam insta os líderes políticos e económicos reunidos no FEM África a:

Reduzir activamente as desigualdades.

- Fazer planos explícitos para reduzir as desigualdades e eliminar a pobreza em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo metas concretas e mensuráveis e compromissos de despesa.
- Promover a igualdade económica das mulheres, investindo em infra-estruturas físicas e sociais necessárias para reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho não remunerado de prestação de cuidados; desafiar as empresas a serem transparentes nos salários que pagam a mulheres e homens; e derrubar as normas sociais que estão por trás da violência contra as mulheres e a falta de poder económico das mesmas.
- Dar prioridade à acção para formalizar sectores da economia, em parte através do investimento na criação de emprego, e para criar empregos de qualidade para os jovens de África.
- Proteger o espaço em que se movem os grupos da sociedade civil, particularmente aqueles que trabalham com os direitos dos trabalhadores, direitos da mulher e liberdade de imprensa.

- Desenvolver estratégias públicas e estruturas políticas sobre a adopção de novas tecnologias que tenham explicitamente em conta o impacto no emprego e nas desigualdades.

Investir num novo acordo para a África rural.

- Realizar investimentos directos para colmatar as necessidades dos pequenos produtores agrícolas. Tal deve incluir um cronograma baseado em metas e um mecanismo de monitorização para atender, e posteriormente ultrapassar, a Declaração de Maputo na qual os governos se comprometem a gastar 10% dos seus orçamentos nacionais na agricultura. Dar prioridade aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento, serviços de extensão, infra-estruturas, subsídios e preços justos para os alimentos.
- Garantir que as mulheres que trabalham na agricultura ou noutros sectores informais recebem a formação, investimento, direitos à terra e protecção social de que necessitam para serem economicamente bem-sucedidas.
- Desenvolver um novo conjunto de directrizes para todo o envolvimento em larga escala do sector privado na agricultura africana. As iniciativas agrícolas patrocinadas pelo FEM, tais como a GROW Africa, requerem uma revisão urgente para melhorar a sua inclusão, responsabilização e eficácia. Esta revisão deverá incluir uma participação significativa de grupos de agricultores na tomada de decisão; a definição de linhas de orientação sobre modelos de negócios agrícolas “inclusivos”; e assegurar a aplicação e monitorização dos mais altos padrões disponíveis e acordos internacionais em matéria de terra, género, direitos dos trabalhadores, bem como empresas e direitos humanos.

Promover modelos de negócio baseados na economia humana.

- Os governos devem impor obrigações acordadas no âmbito de estruturas como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos humanos – para garantir o cumprimento por parte das empresas das normas em matéria de direitos humanos, das normas laborais e das normas ambientais.
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME), bem como de políticas – como incentivos fiscais bem concebidos e reformas de governação – que garantam que as PME adoptam valores sociais positivos e estruturas que mantenham estes valores à medida que forem crescendo.
- Favorecer o acesso ao comércio, tratamento fiscal e contratos públicos para as empresas que estão estruturadas para apoiar uma economia humana.
- Incentivar empresas globais a utilizar os serviços de empresas que suportam a economia humana e estabelecer programas de ajuda que permitam que tais empresas tenham acesso a financiamento (p. ex., sistemas de garantia de crédito). Os fundos de capital privado e as instituições financeiras de desenvolvimento deverão financiar a conversão para modelos em que os trabalhadores tenham participação no capital das empresas.

Dar prioridade à justiça fiscal.

- Os governos africanos devem procurar aumentar rapidamente os seus rácios de receita fiscal-PIB para pelo menos um quarto. Acima de tudo, este aumento deve ser feito de formas que são progressivas e que não agravam a pobreza ou as desigualdades. Isso inclui reforçar a capacidade de colecta de impostos a indivíduos que auferem remunerações muito elevadas e às grandes empresas. As políticas tributárias devem equalizar ambos os géneros.

- Os governos africanos devem dar prioridade à erradicação da fraude e evasão fiscal, definindo planos de acção nacionais e regionais, coordenados com estratégias para combater o uso de paraísos fiscais.
- Os governos africanos devem comprometer-se a reforçar a cooperação fiscal e tentar desempenhar um papel mais activo e decisivo na agenda global de reforma fiscal. Tal envolve trabalhar com outros governos e instituições internacionais para acabar com a corrida ao fundo nos impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas e incentivos fiscais.

Investir numa economia humana.

- Os governos devem aumentar a proporção dos gastos em serviços essenciais para combater as desigualdades. Os governos devem cumprir o compromisso assumido em 2015 em Incheon, na Coreia, de gastar 20% do orçamento nacional na educação, bem como cumprir os compromissos assumidos em Abuja de gastar 15% dos orçamentos nacionais na saúde.
- Os governos devem resistir ao processo de privatização da educação, concentrando-se antes na melhoria da qualidade das escolas públicas e aumentando o número de professores qualificados e com boa formação. Devem renovar o compromisso com a abolição das mensalidades escolares, incluindo abordar as taxas informais, para garantir a equidade e evitar o empobrecimento.
- Deve conseguir-se uma cobertura de saúde universal, com ênfase não só no financiamento público, mas também num desempenho que dá prioridade a cuidados abrangentes de saúde primária. Os governos devem actuar com urgência para remover taxas formais e informais para proteger os cuidados de saúde e os rendimentos das pessoas mais pobres.

NOTAS

Todas as hiperligações foram consultadas pela última vez em Abril de 2017, a menos que especificado o contrário.

1 FMI. (2016). *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa: Multispeed Growth*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2016/afr/eng/pdf/sreo1016.pdf>

2 Banco Mundial. (2016). *Poverty in a Rising Africa*. <https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/poverty-rising-africa-poverty-report>

3 Cálculo da Oxfam baseado no Credit Suisse. (2016). *Global Wealth Databook 2016*. <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD6F2B43-B17B-345E-E20A1A254A3E24A5> e Lista de Multimilionários da Forbes, consultada em Novembro de 2016 <https://www.forbes.com/billionaires/#2bde944251c7>

4 L. Chandy e B. Seidel. (2017). *How much do we really know about inequality within countries around the world? Adjusting Gini coefficients for missing top incomes* do blogue da Brookings, consultado em 30 de Março de 2016, <https://www.brookings.edu/opinions/how-much-do-we-really-know-about-inequality-within-countries-around-the-world/>

5 Porém, como discutimos no relatório principal, a economia atual assenta num legado do colonialismo e das políticas neoliberais, embalados como ajustamento estrutural.

6 UN Women. (2015). *Progress of the World's Women: Transforming Economies, Realizing Rights*. http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf

7 ILO. (2016). *World Employment and Social Outlook 2016: Trends for Youth*. <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/youth/2016/lang--en/index.htm> página 5.

8 Oxfam. (A ser publicado, 2017) *Índice do Compromisso com a Redução das Desigualdades*.

9 Ibid.

10 Banco Africano de Desenvolvimento. (2016). *African Development Report 2015. Growth, Poverty and Inequality Nexus: Overcoming Barriers to Sustainable Development*. https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/ADR15_UK.pdf

11 International Cooperative Alliance. Retirado de <http://ica.coop/en/co-op-facts-and-stats>.

12 E. Berkhout. (2016). *Tax Battles: The dangerous global race to the bottom on corporate tax*. Oxfam. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/tax-battles-the-dangerous-global-race-to-the-bottom-on-corporate-tax-620159>

13 ActionAid. (2016). *Still racing toward the bottom? Corporate tax incentives in East Africa*. <http://www.actionaid.org/publications/still-racing-toward-bottom-corporate-tax-incentives-east-africa>

14 (A meta de Abuja de gastar 15% dos orçamentos em saúde) Oxfam. (A ser publicado em breve, 2017). *Índice do Compromisso com a Redução das Desigualdades*.

© Oxfam International, Maio de 2017

Este trabalho é da autoria de Katy Wright. A Oxfam reconhece a assistência de Erinch Sahan, Deborah Hardoon, Max Lawson, Deepak Xavier e Selam Abraha na produção do mesmo. Este trabalho faz parte de uma série de trabalhos criados para informar o debate público sobre questões de política humanitária e desenvolvimento.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste trabalho, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org.

Esta publicação está protegida por direitos de autor, mas o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de advocacia, campanha, educação e investigação, desde que a fonte seja reconhecida na sua totalidade. O titular dos direitos de autor solicita que o informem de todas estas utilizações para fins de avaliação de impacto. Para cópias noutras circunstâncias ou para reutilização noutras publicações, ou para tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e pode ser cobrada uma taxa. E-mail: policyandpractice@oxfam.org.uk

As informações contidas nesta publicação estavam correctas no momento em que foi impressa.

Traduzido da versão inglesa por Diana Tarré.

Publicado por Oxfam GB para a Oxfam International com o ISBN 978-0-85598-966-8 em Maio de 2017.

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

DOI: 10.21201/2017.9644

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações juntas em rede em mais de 90 países, como parte de um movimento global pela mudança e para construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Pode entrar em contacto com qualquer uma das nossas organizações para mais informações, ou visitar www.oxfam.org.

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam-em-Bélgica (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam IBIS (Dinamarca) (www.ibis-global.org)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Espanha) (www.intermonoxfam.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam Japão (www.oxfam.jp)

Oxfam México (www.oxfamexico.org)

Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)